

Carla Andreza Amaral Lopes Lira

Licenciada em Pedagogia pela UEPA (Universidade do Estado do Pará) - 2003, Mestranda em Educação na UFC/2009. Especialista em Gestão Educacional/2006. Pedagoga do IFPA, Campus Belém. E-mail: carlallira@gmail.com

Silvia Elizabeth Moraes

Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática do Ensino da Universidade Federal do Ceará (UFC). Orientadora. E-mail: silviamoraes@ufc.br

Resumo

Este artigo visa primeiramente fornecer um apanhado histórico do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Além dos escritos de autores especializados, utilizaremos como suporte teórico os relatórios circunstanciados realizados pela coordenação ao final de cada turma. Traçaremos também um contexto histórico da implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade EJA (PROEJA), bem como contextualizaremos a formação de professores para este programa federal, focalizando como se deu o processo na instituição objeto da pesquisa.

Palavras-chave: Trajetória histórica; Formação Continuada de Professores; Proeja/IFPA.

Abstract

This article aims primarily to provide a historical overview of lato sensu post-graduate course on Professional Basic Education for Youth and Adults (Educação para Jovens e Adultos - EJA) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará (IFPA). Besides the writings of specialized authors, we use as theoretical support the reports made by the coordinators at the end of each course. We describe the historical context of the implementation of the EJA National Programme for Integration of Professional Education to Basic Education (PROEJA) as well as we investigate the formation of teachers for this federal program focusing on how the process took place in the institution object of research.

Key-words: Historical background; Continuing Teacher Education; Proeja / IFPA.

Introdução

Considera-se que a maioria dos estudos em Educação deva ser iniciada por uma retrospectiva histórica, pois ao termos uma visão de como ocorreram os fatos ao longo dos tempos, podemos melhor entender o momento atual. Uma análise de um curso de pós-graduação enquadra-se perfeitamente nesta perspectiva.

O presente texto tem por objetivo resgatar a história do Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará desde o ano de 2006. O curso ofereceu até o presente momento 10 turmas, tendo como alguns estados de atuação o Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

A EJA acompanha o ensino no Brasil desde sua colonização. Os jesuítas catequizavam, além das crianças, os adultos, a fim de propagar a fé cristã e atender aos interesses econômicos da colônia. Passamos pelo Império com alguns pontos relevantes, entre eles o ensino noturno para adultos, num ensaio inicial da educação de jovens e adultos (Schnorr, 2005).

Com a República, o avanço econômico e tecnológico passou a exigir mão-de-obra cada vez mais qualificada e alfabetizada. Surgiram então algumas medidas no âmbito das políticas públicas, entre elas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, o Movimento MOBRAL, o Ensino Supletivo, Alfabetização Solidária, EJA, etc. Em muitas destas políticas o caráter foi imediatista, na verdade assistencialista. Infelizmente poucas tiveram a intenção de realmente elevar o grau de instrução dos jovens e adultos brasileiros.

A EJA hoje é destinada a cidadãos que não concluíram seus estudos, seja no nível fundamental, seja no nível médio. As escolas públicas ofertam esta modalidade dentro de suas matrículas anuais. A maioria dos cursos é noturna, visando atender aos trabalhadores em busca de elevação do grau de instrução.

O PROEJA surgiu através do Decreto n 5478/2005, que se propunha a integrar a educação profissional à EJA, numa perspectiva de trabalho como princípio educativo. Foi ofertado inicialmente somente na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mas com o Decreto

5840/2006, esta oferta se estende também às instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e às entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical - "Sistema S" (Brasil, 2006).

A EJA está articulada à EPT no Programa PROEJA. Em função desta articulação, conseguimos inicialmente observar nas instituições de ensino que estão gestando o Programa de forma a conduzir o caráter pedagógico e principalmente inclusivo, não mais somente assistencialista que antes tínhamos na EJA. A união destas duas modalidades de ensino poderá trazer benefícios a vários segmentos da sociedade, proporcionando aumento da escolaridade e possibilidade de inserção no mundo do trabalho através da qualificação profissional.

Portanto, Educação de Jovens e Adultos e PROEJA têm um objetivo único de ofertar educação ao trabalhador, mas o PROEJA visa ir além: proporcionar a este cidadão a possibilidade de qualificação, de inserção no concorrido mundo de trabalho que ora se apresenta na sociedade capitalista na qual vivemos.

No decorrer deste texto faremos uma breve introdução sobre a EPT, bem como sua estruturação na dinâmica atual do mercado. Em seguida abordaremos a formação continuada em EJA, o contexto histórico dos cursos técnicos de PROEJA no âmbito federal e do IFPA. Finalizaremos com uma visão geral a respeito desta formação nos dias de hoje.

A educação profissional e tecnológica no contexto do capitalismo mundial

A EPT no Brasil tem uma história centenária, mas sua mudança de concepção iniciou em meados da Segunda Guerra Mundial. Todo o processo de industrialização que vinha desde 1930 exigia um contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. É neste momento de abertura, para que as economias emergentes avançassem em seus processos de industrialização, que no Brasil se fortalece a nova burguesia industrial em substituição às oligarquias cafeeiras, profundamente afetadas pela crise da agricultura do café dos anos 20 e do *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929 (Moura, 2007).

Esse processo de industrialização e modernização das relações de produção da sociedade brasileira exigiu um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional. Todo o desenvolvimento do capitalismo, no início do século XX, visava à ga-

rantia da produtividade, reprodução e acumulação de capital (Kuenzer, 1984). Percebe-se a divisão do trabalho, com planejamento feito por um e execução por outro, numa perspectiva bem clara de divisão social do trabalho. Ao operário cabia somente executar ações, em nenhum momento sugerir.

Este modelo de produção fordista-taylorista tinha diretrizes que desarticulavam os conhecimentos científicos tecnológicos, já que ao operário, cabia somente aprendizagem de habilidade técnica, nada de ciências, artes, filosofia (Kuenzer, 1984). Observa-se que o trabalhador era aquele que não associava teoria e prática, não entendia muito bem as relações sociais, um ser apenas eficiente e adaptado às exigências do mercado.

Houve todo um cenário de conflitos para quebrar esta estrutura organizacional do trabalho e educação, e podemos aqui ressaltar a luta pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, que, infelizmente, não atendia ainda aos interesses da população envolvida com a educação, mas sim da burguesia nacional e internacional.

Após a LDB 9394, impõe-se o Decreto nº 2.208/97, que claramente separa a educação básica da educação profissional. Felizmente em 2004 este cenário começa a mudar com o Decreto nº 5154/04, que novamente tenta unir teoria e prática, trabalho intelectual com trabalho manual, uma formação geral do educando. Este decreto é para a EPT as diretrizes do ensino médio integrado, que está sendo reavaliado pelo Fórum de Dirigentes de Ensino da Rede no ano de 2010.

Em meio às reivindicações em prol da integração situa-se a promulgação do decreto nº 5478/05 do PROEJA, que instituiu, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Esta seria já uma conquista do público da EJA rumo ao ensino de qualidade.

Hoje o decreto que subsidia as ações do PROEJA é o nº 5840, que trouxe algumas poucas novidades se analisadas sob uma perspectiva mais crítica do que poderia ter sido feito, sendo uma delas apenas a possibilidade dos estados, municípios e sistema S ofertarem também os cursos, não sendo mais exclusividade das instituições federais. Alterou também a carga horária na oferta dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e da educação profissional técnica de nível médio.

Como instituição formadora de EPT, o IFPA vem reestruturando sua missão que consiste em formar mão-de-obra para o mundo do trabalho, qualificada e consciente de seus direitos e deveres, capaz de agir, pensar e transformar a realidade em que vive, objetivando a formação integrada e integral deste cidadão, trabalhando num novo cenário do capitalismo mundial, o da chamada sociedade da informação, ou pós-industrial.

Em seu Documento Base (Brasil, 2004), o PROEJA nos traz a concepção de integração.

A formação, que deveria ser integral e igualitária, norteadas pela prática social que o estudante vivencia enquanto se forma, e pela preparação para a vida supõe sólida formação científica, humanista e tecnológica. (Brasil, 2004, p.24)

Portanto, estamos num cenário de disputas e regras capitalistas exigentes, o que nos leva a ter como objetivo formar os profissionais que se encaixem neste perfil, de forma que não fiquem à margem do processo laboral, que dignifica e traz a ser humano a possibilidade de exercer plenamente seus direitos e deveres de cidadão.

109

A nova dinâmica do trabalho e a formação integral do trabalhador

Atualmente a dinâmica do mundo do trabalho está exigindo dos profissionais novos conhecimentos diante, especialmente, da inserção acelerada das tecnologias na vida das pessoas. Precisamos estar atentos a estas mudanças e preparar não somente nossos alunos, mas também a nós mesmos para esta nova onda de transformação da sociedade.

Percebemos que dois grandes marcos históricos configuram a formação do profissional na EPT. Um vem do Taylorismo-Fordismo, que se fez presente no Brasil até meados dos anos 90, e que deixava bem claro o dualismo entre a formação intelectual e a formação técnica. O homem era visto estritamente como força de trabalho. A outra vem a partir de 90, quando temos o processo de produção baseado na Acumulação Flexível, que já passou a exigir um profissional polivalente, mas sem muita mudança significativa na concepção do homem como mercadoria. (Santos, 2008).

Nesse período após 1990, entra no governo federal o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que traz consigo o conceito e aplicabilidade

do neoliberalismo. O neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de medidas políticas e econômicas aplicadas, e se dá por meio de reformas políticas e fiscais, privatizações, abertura do comércio mundial e maior controle dos gastos e orçamentos do Estado, a desregulamentação e flexibilização do trabalho. Portanto, vincula-se diretamente ao interesse das empresas e é desenvolvido pelas organizações empresariais.

Mas qual relação tem a ideologia capitalista com nosso objeto de pesquisa, a educação? No momento de abertura para o mercado mundial houve por parte dos empresários a preocupação com a formação dos profissionais, que deveriam ser competentes, e a educação precisava acompanhar este desenvolvimento. Obviamente a educação deveria acompanhar todo este processo acelerado, formando os trabalhadores desta nova dinâmica econômica brasileira.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo em 1994, apresentou ao povo brasileiro o documento chamado "Mãos à Obra Brasil: propostas de governo", com metas de seu primeiro mandato. A educação estava presente, e previa medidas urgentes que visassem formar trabalhadores capazes de se adaptarem às inovações tecnológicas e às ágeis mudanças que estavam ocorrendo no mundo, pois entendia que a competência em ciência e tecnologia era fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico e aumentar a qualificação geral da população (Rodrigues, 2007).

Observamos que esta preocupação com a tecnologia não é recente, pois desde nosso processo de industrialização pós-guerra os profissionais deveriam estar aptos a responder a nova demanda do mercado. Vivemos num mundo em que as tecnologias e a constituição de um mercado globalizado determinam as alterações na organização e execução do trabalho e, em consequência, na formação requerida do "novo" trabalhador.

A absorção, emprego e desenvolvimento das novas tecnologias são a chave para a competitividade e a educação, o veículo central para obtê-la. A educação determina, ao mesmo tempo, a velocidade e alcance do desenvolvimento nacional, da empregabilidade, da mobilidade social e da redução da pobreza. Essa nova realidade exige a redefinição do papel do Estado, que deixa a sua função de provedor de políticas universais e de desenvolvimento e assume a função de gestor de políticas de equidade, conforme a dinâmica determinada pelo mercado (BATISTA, 2006).

No governo de Fernando Henrique Cardoso a educação profissional passou por um dos seus grandes momentos: a institucionalização do

Decreto nº 2.208/97, que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96, ou seja, normatizou a legislação pertinente à educação profissional, em que a noção de competência passa a fazer parte de forma persistente e sistemática no ideário ideológico dos reformadores, atendendo ao ideário capitalista neoliberal.

O artigo 6º do referido decreto afirma que haverá cursos voltados para o desenvolvimento de "habilidades e competências básicas, por área profissional" e também por "habilidades e competências específicas". Este decreto desarticulou a EPT da educação básica e fez-nos voltar à formação para as exigências do mercado de trabalho, sem a preocupação com a formação humana, mas somente com as competências. Precisávamos de profissionais competentes, somente isso. Quem viveu este decreto relata que foi um dos piores momentos de política de EPT, pois acabou desconstruindo qualquer intenção de formar o pleno cidadão.

Além do Decreto 2.208/97, os pareceres CNE/CEB números 17/97, 15/98 e 16/99 e as resoluções números 03/98, 04/99, também são importantes documentos nos quais a noção de competência aparece como ordenadora do ensino técnico profissional de nível médio. A resolução CNE/CEB nº 04/99 e o parecer CNE/CEB nº 16/99 definem como competências "...a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação, conhecimentos, habilidades e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho" (grifo nosso. Batista, 2006).

Vimos, portanto, que a noção de competência estava presente e precisava ser absorvida pelo Estado através da educação. Precisávamos de profissionais eficientes e eficazes, conceitos bem utilizados no mercado, no sistema capitalista, onde a produção é o que interessa. Infelizmente esta realidade acabou por tornar a EPT apenas voltada para a produção, sem ver o trabalho como princípio educativo, atendendo exclusivamente às demandas mercadológicas.

Começamos uma leve mudança na compreensão de trabalho e educação a partir de 2004, já no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando se estabelece o Decreto nº 5154/04, que traz a concepção de formação integrada, voltada não somente para o mercado, nem tão somente para o ingresso na universidade, mas sim para uma formação ampla do cidadão, fazendo-o ser capaz de atuar de forma ativa, crítica e comprometido com a transformação da sociedade. Foi mais uma tentativa de entender o trabalho não simplesmente como emprego ou ocupação.

A partir deste contexto de educação integral advinda com o Decreto do Ensino Médio Integrado, surgiu o Decreto 5478/05, que instituiu o PROEJA, que trabalhava também dentro da idéia de formação integral, numa perspectiva de currículo integrado, o que é desenvolvido até hoje.

A atual gestão de educação e do trabalho quer um profissional pleno de conhecimento científico e também de bom desempenho e relacionamento interpessoal, bem diferente do que tínhamos na nossa constituição cuja preocupação principal era a formação de mão-de-obra para o mercado. O estudante hoje pode ser o gestor e executor das tarefas laborais, pois numa perspectiva de formação plena, integral, não necessitamos mais de figuras específicas, mas sim daqueles que se completam e discutem qual o melhor desenvolvimento econômico.

Além de saber a teoria e a prática, o aluno da EPT hoje tem que trabalhar com a informatização. Pensemos num exemplo bem rapidamente: nosso aluno do PROEJA, jovem ou adulto trabalhador, que esteve por muitos anos fora da escola, se depara no banco com o caixa eletrônico, cartão magnético, senha de acesso. O que é isso? É a tecnologia, a modernidade sendo estendida a todos (entendamos que não queremos falar das tecnologias de uma maneira geral, existem algumas bastante restritas a quem detém o poder econômico). Precisamos formar este estudante para lidar com esta atualização, não deixá-lo alienado ou dependente de terceiros. Esta autonomia é praticada dentro das salas de aula da EPT.

Precisamos formar para a independência, para o desenvolvimento da criticidade, da solidariedade, da formação plena, da articulação e ligação entre os saberes, da interdisciplinaridade, hoje presente na grande maioria dos projetos pedagógicos e documentos curriculares. Infelizmente não fomos formados para trabalhar interdisciplinarmente desde o início de nossa vida escolar. Na escola primária, segundo Morin, 2010, fomos obrigados a isolar os objetos, a dissociar os problemas ao invés de reunir e integrar, a separar o que está ligado, a eliminar tudo o que causa desordem ou contradição em nosso entendimento. Desconstruir toda esta formação leva tempo e requer dos educadores a motivação, a vontade de mudar o que nos está posto no currículo tradicional.

Somos hoje especialistas: em currículo, em avaliação, em formação de professores, em gestão. Toda esta divisão de conhecimento acaba trazendo à tona a formação fragmentada que nos foi dada na escola, da educação infantil à educação superior. Com toda a mudança do mundo contemporâneo, o currículo da docência não deveria fechar-se, como

uma cidade sitiada, sob o bombardeio da cultura de mídia, exterior à escola, ignorada ou desdenhada pelo mundo intelectual (Morin, 2010.). Precisamos formar nossos formadores para a mudança, para a construção de projetos, para a interdisciplinaridade, enfim, para uma educação integrada, possibilitando assim uma formação plena dos cidadãos.

Formação continuada de professores: discutindo o fazer pedagógico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará fez 101 anos em 2010, e tem uma trajetória de Educação Profissional e Tecnológica respeitada no estado do Pará, oferecendo atualmente cursos técnicos, tecnológicos, engenharias, licenciaturas e PROEJA. Este último é nosso objeto de estudo, pois, como pedagoga da instituição há 5 anos, observo certa resistência quando o assunto é PROEJA.

Falar de formação de professores no âmbito de uma instituição de EPT com mais de 100 anos de idade é algo muito desafiador, pois pelo seu caráter técnico – fazer sem muito pensar – anteriormente atribuído às escolas de aprendizes e artífices e até mesmo no contexto das Escolas Técnicas Federais, a formação de professores ficou um pouco à parte de toda a discussão em torno do ensino técnico no país.

Trabalhar a docência exige permanente processo de re-elaboração pedagógica e este é o papel das formações. Freire (2004) diz que educar exige curiosidade, comprometimento, pesquisa. Ao longo da obra, Freire deixa claro que ao professor cabem muitas responsabilidades como condutor da aprendizagem numa sala de aula, não como o único detentor de saberes, mas como um problematizador, um profissional que instiga e orienta as discussões.

A formação continuada deve, entre outros objetivos, propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e consequentemente da educação. É certo que conhecer novas teorias faz parte do processo de construção profissional, mas não bastam se estas não possibilitam ao professor relacioná-las com seu conhecimento prático construído no dia-a-dia (Nóvoa, 1995a; Perrenoud, 2000).

Falar de formação no âmbito da EJA é bem delicado, pois sabemos que ela trabalha com sujeitos marginalizados, com atributos sempre acen-

tuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, posição social entre outros, representantes das múltiplas aparções que a sociedade brasileira exclui, grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (PROEJA: Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio. Boletim 16. Setembro 2006.).

Estudos mostram que a formação docente para a Educação Profissional é marcada por políticas com caráter emergencial ao lado do caráter especial, muito semelhante à formação da EJA. Um fato curioso é que em 1909 surgiram os primeiros documentos legais sobre o ensino técnico no Brasil, todavia, somente em 1940 iniciou-se uma preocupação com a sistematização da formação de professores (Oliveira, 2006). Achamos curioso o tempo que levamos para nos preocuparmos com a formação de nossos formadores: 31 anos, bastante tempo que poderia ter sido aproveitado para melhor conduzir o fazer pedagógico.

As instituições de formação superior não dispõem de cursos superiores para atendimento da modalidade EJA, e as pós-graduações apenas há pouco tempo vêm tomando força nas discussões. A formação de professores busca tornar viável o processo de educação que mude a realidade, que seja libertadora e que tenha um sonho, como nos diz Paulo Freire,

114

[...] o sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos. O sonho possível tem a ver com os limites destes espaços e esses limites são históricos. A questão do sonho possível tem a ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora (FREIRE In GADOTTI; 2007: 16).

Podemos observar que a formação de professores para a EJA é escassa se partirmos da análise da não existência de cursos de formação inicial em EJA, apenas pós-graduações. Mas esta ausência não torna a modalidade menos importante para quem a vive. Lutamos pelos cursos de formação continuada e dentro da Rede conseguimos a especialização PROEJA, que vamos conhecer adiante, tendo como locus da formação o IFPA, que desde 2006 juntamente com o MEC investe nas ações educativas do Programa, objetivando torná-lo política de estado e não somente de governo.

O PROEJA no âmbito nacional e no IFPA: seu histórico e sua realidade

O PROEJA surge num cenário em que o Governo Federal, com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, resolve atender às demandas da sociedade por cursos técnicos direcionados ao público da EJA. A implementação do PROEJA visa avançar para além de um programa, uma vez que o objetivo é mais ambicioso e aponta para a perspectiva da construção de uma política pública do estado brasileiro nessa esfera educacional.

O principal objetivo é oferecer aos jovens e adultos trabalhadores que não tiveram oportunidade de escolarizar-se em idade própria a educação básica em nível médio e a educação profissional (Brasil, 2006), visando à transformação da sociedade, objetivando torná-la mais democrática e acessível a todos através da educação e inclusão social.

O PROEJA articula educação, trabalho e formação do cidadão e tem como público destinatário os jovens e adultos que ainda não concluíram o Ensino Médio e nem têm uma profissão técnica de nível médio. Tem uma concepção de formação que combine, na prática e nos fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos estruturantes (MEC, 2006).

No IFPA, campus Belém, os cursos técnicos PROEJA foram implementados em 2005, oferecendo 04 cursos e tendo como forma de ingresso o sorteio público (Relatório de Gestão CEFET/PA, 2005). No início não houve nenhuma capacitação aos professores para a nova modalidade de ensino que se inseria no contexto da EPT. Esta é uma das grandes questões e discussões na Rede: iniciar um programa sem estar com o quadro capacitado. Muitas pesquisas indicam esta ser uma das prováveis causas da evasão dos alunos, falta de capacitação e sensibilização dos professores para estar nas salas do PROEJA.

A partir de 2006 é que se inicia a primeira turma de Especialização PROEJA no IFPA. Desde então são ofertadas turmas regulares, 03 a cada ano, financiadas 100% pela SETEC/MEC. É provável que a partir de 2011 não ofereçamos mais o curso, pois pesquisas da SETEC mostram a opção por parte dos IFs pela Pós-Graduação Stricto Sensu, e também pela troca de governo, que com certeza trará novos rumos a educação brasileira.

Contextualizando a especialização PROEJA no IFPA

Segundo a LDB 9394/96, cada instituição é responsável pela capacitação de seus servidores e nesta perspectiva o IFPA promove desde 2006 o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em PROEJA. Este curso é um dos pontos fundamentais dentro do programa de transformação da realidade do Instituto e dos alunos.

Com a implantação do Programa surgiram projetos de capacitação e formação continuada de docentes e gestores para atuar nesta modalidade de ensino. Tais projetos foram financiados pelo MEC/SETEC desde o ano de 2006, ano em que iniciou o programa de capacitação no IFPA, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade EJA. Foram ofertadas turmas em Belém, Abaetetuba e Palmas/TO, além de turmas específicas para docentes da rede estadual de educação do Estado do Pará, visando atender a demanda do Programa Brasil Profissionalizado. Já foram formadas até então 10 turmas, em torno de 300 alunos.

116 Um dos principais objetivos da capacitação é propiciar a reflexão sobre a (re) construção e (re) dimensionamento dos saberes docentes de professores do PROEJA, trazendo ao debate a relevância da formação continuada na especificidade desta modalidade de ensino. O curso de especialização consiste, na verdade, numa estratégia de operacionalização do PROEJA e materialização das possibilidades de mudanças e inovação que a instituição oferece.

Segundo a Proposta Pedagógica do Curso – PPC, a carga horária é de 360 horas acrescidas de 80h/a de orientação de artigo final, tendo como finalidade capacitar educadores para que possam trabalhar com o PROEJA, bem como incentivar a implementação do curso no estado do Pará, fortalecendo a possibilidade de se criar uma política pública para o PROEJA. O curso, financiado pela SETEC/MEC na modalidade de oferta presencial, é coordenado por 03 Pedagogas, e tem suporte de secretaria que efetiva todas as ações de lançamento de dados no sistema de registro escolar da instituição. Os professores são todos mestres e doutores, atendendo ao que prevê a Resolução 01/2007.

A seguir alguns indicativos para que possamos observar numa visão geral os resultados quantitativos da Especialização PROEJA nos anos de 2006 a 2008.

Ano	Vagas ofertadas	Inscritos	Matrículas	Egressos	Desistência	Não defenderam
2006	120	120	108	101	07	07
2007	170	233	138	123	15	15
2008	105	420	105	74	07	20

(Fonte: Relatório Circunstanciado Especialização PROEJA - 2006-2008)

Os números mostram que a capacitação tem boa procura e que os índices de acesso, permanência e de saída de alunos são muito significativos (média de alunos egressos de 95%). A formação do profissional docente tem um papel fundamental quando se fala de qualidade de educação, pois ela depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor (DEMO, 2002).

Atualmente temos uma turma em andamento, com 109 alunos matriculados e previsão de término em dezembro/2010. Infelizmente não temos ainda indicativos de que haverá novo financiamento para 2011, devido à troca de governo, mas a instituição, devido à experiência que tem na capacitação, poderá ofertar novas turmas com recursos próprios.

Cabe aqui ressaltar que a formação do quadro de servidores não traz sozinha a garantia de emprego ou melhoria material de vida aos alunos do PROEJA, mas abrirá caminhos para que eles alcancem esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, dando a possibilidade de leitura e releitura do mundo.

Se houver uma proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida, que possa atender às reais necessidades de todos os envolvidos, alunos, professores e gestores, e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, teremos sucesso nas ações planejadas pelo PROEJA, seja na formação do cidadão, seja na sua inserção no mundo do trabalho.

Precisamos sim sair do pensamento romântico, partir efetivamente para a prática, para a busca da mudança, que perpassa pela formação, pela reestruturação curricular, por um novo modelo de gestão. Estamos num momento em que o Brasil está dando à educação possibilidades de mudanças, existem programas, projetos, investimento, recurso, entretanto ainda continuamos presos ao passado, presos às ideias de currículo fechado, imutável, com disciplinas isoladas, sem conexões ou ligações entre elas.

Considerações finais

Vimos ao longo do texto que a concepção de currículo integrado proposta pela EPT está muito bem colocada, mas a escola precisa se apropriar desta realidade e aplicar, haja vista que há estudos de sucesso de ações pedagógicas com trabalhos interdisciplinares e a pedagogia de projetos.

Segundo Moraes, 2005,

O projeto tece uma teia de significados e relações entre as disciplinas, entre os conteúdos e o contexto, entre professores e seus pares, entre alunos e professores e entre alunos e seus pares. O projeto possibilita o desenvolvimento das habilidades individuais e, ao mesmo tempo, articula essa individualidade com o coletivo. [...] A ideia de projeto situa-se no mundo do trabalho produtivo, **excluindo, portanto, o trabalho alienado** (grifo nosso).

118

A gestão escolar precisa ver nesta possibilidade de projetos a mudança, a possibilidade de termos realmente alunos aptos a se desenvolver intelectualmente, socialmente e profissionalmente, o que tanto o PROEJA quer, o profissional pleno, no sentido de conseguir transcorrer os diversos segmentos que hoje se apresentam na sociedade e no mundo do trabalho, saber fazer, saber ser e saber conviver. Precisamos sair do trabalho alienado, tanto quanto profissionais da educação, tanto como estudantes do PROEJA.

Para que tenhamos políticas efetivas de formação de professores, seja para a EJA, seja para a EPT, a escola precisa adotar um olhar para além do momento imediato, momento em que surgem os programas, e buscar sim elementos na história da educação brasileira que nos ajudem a pensar um caminho mais democrático. Precisamos respeitar as especificidades da região, do estado, do município, isto tudo ajuda na construção de uma escola que atenda às necessidades que tanto buscamos.

Cabe aqui ressaltar que além da escola, o Estado precisa também reavaliar suas políticas de formação, verificar se está atingindo o objetivo de proporcionar à comunidade uma educação de qualidade e gratuita, a partir de pesquisas e indicadores reais da educação brasileira.

O IFPA está, dentro de seu Plano de Metas e objetivos, traçando novos rumos para seu ensino, em especial no PROEJA, mas ainda temos

muito a percorrer, muitas batalhas e muitos estudos a serem feitos. Os cursos e capacitações foram oferecidos desde 2006, cabia a cada um a reflexão dos benefícios trazidos não somente para si, mas também para a comunidade escolar. Quem não os fez foi por opção própria, já que a prioridade era para servidores da EPT.

A sensibilização de nosso compromisso e responsabilidade é consequência da adoção de um novo modelo de gestão. Uma gestão democrática e participativa. Esperamos que no médio prazo consigamos efetivar o PROEJA em todos os campi, e que ele seja visto, não como algo que é imposto, mas como um curso necessário e resultante de lutas dos que estudam o Programa. Novas propostas de capacitação de docentes e gestores estão sendo pensadas a partir de 2011, objetivando ampliar o conhecimento e a melhoria na prática e ações do Instituto.

Referências bibliográficas

BATISTA, Roberto Leme. A Ideologia da educação profissional: perspectivas para o século XXI. Acessado em 27/10/10, às 23h12min, em www.google.com.br.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 272 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007b.

GADOTTI, Moacir. A Escola e o Professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher, 2007.

KUENZER, Acacia. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação de trabalhadores. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SETEC. Propostas Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Especialização. Brasília: MEC/mimeo, 2006c.

MORAES, Silvia Elizabeth. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. Revista Brasileira. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 38-54, maio/dez. 2005.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 17ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. 2007.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico. In: Revista Educação Tecnológica, Belo Horizonte, v.11, n.12, p.03- 09, jul./dez.2006.

PPC do PROEJA do IFPA

Relatório Circunstanciado da Especialização PROEJA - 2006 a 2008.

Relatório de Gestão do CEFET PA - 2005

Revista PERSPECTIVA. Domingos Leite Lima Filho. Florianópolis, v.20, n.02, p. 269-301, jul./dez. 2002

RODRIGUES, Zita Ana Lago, *inn* As políticas de governo do governo FHC (1995-2002) para a educação

SANTOS, Sônia de Fátima Rodrigues et all (organizadores). Curso de Especialização PROEJA no CEFET/PA em debate: experiências, estudos e propostas. Belém, CEFET/PA, 2008.

SCHNORR, Giselle Moura. Histórico e Políticas de Educação de Jovens e Adultos, 2005. Acesso em 13/11/2010, www.app.com.br/portallapp/uploads/opinioao/EJA.ppt

Enviado para publicação: 03.11.2010

Aceito para publicação: 24.02.2011